

**A TOPONÍMIA DOS IGARAPÉS URBANOS DE BOA VISTA:
UMA CONTRIBUIÇÃO
PARA O ATLAS TOPONÍMICO RORAIMENSE**

Ozamar Santos Corrêa (UERR)
ozarr@yahoo.com.br

RESUMO

Nomear coisas e lugares é uma característica própria do homem. Isso porque, não existiria aquele ou aquilo se um homem não tivesse dado um nome, ou seja, um significante ligado a um significado. As vezes parece incabível determinado nome, mas, por trás dele, há uma motivação que pode ser histórica ou pessoal, é nesse instante que surgem os estudos toponomásticos, ou seja, os pesquisadores em busca de escrever ou descrever a crônica de determinado lugar ou coisa. Este trabalho trata do estudo toponímico dos igarapés urbanos da cidade de Boa Vista, capital do estado de Roraima. A metodologia foi bem diversificada no sentido de alcançar resultados positivos durante a análise de dados. A análise de dados ficou restrita aos topônimos apresentados no mapa turístico da cidade. Durante a análise de dados buscamos também apresentar as ocorrências de língua indígena na formação dos nomes dos igarapés.

Palavras-chave: Igarapé. Toponímia. Topônimos.

1. Introdução

É preciso lembrar que a nomeação de ambientes, de acidentes geográficos, entre outros, pode sofrer alterações ao longo do tempo, pois a construção de um lugar, por exemplo, é feita a partir da movimentação de pessoas que ali residem e/ou que passam deixando suas marcas de forma que vai se construindo e ganhando novas histórias.

Assim sendo a toponímia torna-se de grande relevância, pois possibilita levantar informações de lugares e acidentes geográficos, mesmo que não seja em sua totalidade, fazendo com que essa localidade, apesar das mudanças, não seja alvo de esquecimento. Desta forma, ao buscar sua memória, faz-se com que a sua história continue viva para as futuras gerações.

E é pensando assim, que os nomes dos igarapés foram vistos, não

só na sua forma linguística, mas também, procuramos descrevê-los do ponto de vista histórico, visto que a cidade cresce de forma muito rápida causando problemas ambientais e sócias.

Tomamos por base os pressupostos técnicos, entre eles os elaborados por Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (1990) que afirma que a toponímia não é uma ciência que caminha sozinha, mas em conjunto com outras ciências, como a história, a geografia, dentre outras.

2. Apresentando a toponímia

Toponímia é um toque inicial da pesquisa, para isso, veremos alguns conceitos. Charles Rostaing (1961, p. 7) conceitua a toponímia como uma ciência cuja finalidade é “investigar a significação e a origem dos nomes de lugares e também de estudar suas transformações”.

Adolfo Salazar-Quijada (1985, p. 18), por sua vez, concebe a toponímia como um ramo da onomástica que se ocupa do estudo integral, no espaço e no tempo, dos aspectos: geo-históricos, socioeconômicos e antropolinguísticos que permitiram e permitem que um nome de um lugar se origine e subsista.

Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (1990, p. 36) define a toponímia como “um imenso complexo línguo-cultural, em que dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e não exclusivamente.

Apesar de a toponímia ter esse caráter eclético, ela não se choca com as demais disciplinas, visto que, busca desvendar o topônimo, dando uma origem e uma definição quando possível, além do que, devemos considera-la como um fato do sistema linguístico humano. Confirma assim, que a toponímia é uma ciência conjunta e não solitária, requer do pesquisador uma interação e não o isolamento.

2.1. A toponímia e a interdisciplinaridade

Francisco da Silveira Bueno (2007, p. 501) define onomástica como “lista ou catálogo de nomes próprios”. Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (2008, s.v.) define-a como sendo “o estudo e investigação da origem, transformação, morfologia dos nomes próprios, onomásticos, onomatologia, essa compreende várias subdivisões como, antroponímia,

astroponímia, mitonímia e a toponímia.

A toponímia, enfoque deste trabalho, é aparte da onomástica que estuda os nomes próprios de lugares, por meio do estudo etimológico e/ou do histórico sobre os topônimos. Por sua vez os topônimos compreendem várias divisões como corônimos (continente, país, regiões etc.) limnônimos (lago, lagoa, pântano... águas fechadas e afins), potanônimos (designativo de rio), talassônimos (mar, oceano).

Desta forma, a onomástica, ciência que estuda a etimologia da palavra, é um substantivo feminino, derivado do grego “*onomastikós*”, é, ón > hé “*onomastiké*” ‘a arte de denominar’ (HOUAISS, – dicionário da língua portuguesa, online). Assim a toponímia é um vocábulo de origem grega, formada pelos radicais *topos* (lugar) mais o sufixo *onoma* (nome) e tem por finalidade o estudo dos nomes de lugares. (FERREIRA, 2008)

Segundo Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (1990),

desde os mais remotos tempos, o homem sempre deu nome aso lugares. E o sentido desses denominativos é o ponto de partida para a investigação no campo da linguística, da geografia, da antropologia, da psicologia, enfim da cultura em geral.

2.2. A toponímia no cenário brasileiro

Dos estudos toponímicos no Brasil, destacamos o livro *O Tupi na Geografia Nacional*, de Teodoro Sampaio, datado de 1901. Já na década de 1960, destacam-se as duas grandes obras: *A Toponímia Brasileira*, de Armando Levi Cardoso (1961) e *Contribuição Bororo à Toponímia Brasileira*, de Carlos Drummond (1965).

Armando Levi Cardoso afirma que o primeiro trabalho realizado entre nós foi sobre a explicação etimológica da toponímia brasileira, realizado por Francisco José de Lacerda de Almeida, nas primorosas anotações de seu diário de viagem pelas capitânicas do Pará, Rio Negro, Mato Grosso, Cuiabá e São Paulo, nos anos de 1780 a 1790, o qual foi publicado em 1841, em São Paulo. (CARDOSO, 1961, p. 316)

Mas para que a toponímia fique mais perto ou se torne mais compreendida, Armando Levi Cardoso (1961), em sua obra *Toponímia Brasileira*, faz um levantamento muito interessante a respeito dos pioneiros na área toponímica, que mesmo sem ter conhecimento da importância do trabalho que estavam realizando nesta área, deixaram um legado infini-

tamente importante para as novas gerações.

Quanto a esses trabalhos não intencionalmente direcionados, Armando Levi Cardoso (1961, p. 318) preconiza que:

Se bem que não tratando, exclusivamente, do assunto, muitos contribuíram para o estudo da toponímia brasílica – em primeiro lugar esse extraordinário Alexandre Rodrigues Ferreira, na sua *Viagem Filosófica*, por mim sempre citada com maior veneração e a máxima ternura, pelo que ela representa, de verdadeiramente notável, na bibliografia brasílica; e em seguida, Aires de Cabral, na *Corografia Brasílica*, cuja primeira edição foi feita no Brasil em 1817, Inácio Acioli Cerqueira e Silva, na *Corografia Paraense*, publicado na Bahia em 1833; Antônio Monteiro, no *Ensaio Corográfico sobre o Pará*, publicado em Belém, em 1839.

Ainda segundo Armando Levi Cardoso (1961, p. 320), muitos outros trabalhos de grande importância têm surgido, direcionados à toponímia e que muito têm contribuído para o avanço da ciência, e ele cita alguns nomes, como:

o de Rodolfo Garcia, sobre *Nomes Geográficos Peculiares ao Brasil*⁵⁵, o de Bernadino José de Sousa, *Dicionário da Terra e da Gente do Brasil*, publicado na Brasiliana, da Companhia Editôra Nacional, em 1940, sido anteriormente com a denominação de *Nomenclatura Geográfica Peculiar ao Brasil* e de *Onomástica Geral da Geografia Brasileira*, que constituiu, sem dúvida, uma das mais notáveis contribuições a esses estudos; o de Afonso A. de Freitas, *Vocabulário Nheengatú*, vernaculizado pelo português falado em São Paulo, ali publicado, em 1936.

Armando Levi Cardoso, em sua obra *Toponímia Brasílica*, critica quem se diz desbravadora, descobridora de novos espaços brasileiros, que deixaram escritos inverídicos acerca da nossa Terra. Porém, muita gente honesta teve a honradez de deixar cada passo percorrido, cada estrada aberta, espaços bem descritos para nosso conhecimento. Quanto a isso Armando Levi Cardoso (p. 326) ainda diz que,

é preciso que o Brasil, realmente, não desconheça o labor desse pugilo de idealistas, que nos recessos mais sombrios e nos mais sombrios desvãos de nossa Terra, em zonas – quantas e quantas vezes! – desconhecidas da maioria de nossos patrícios, lutando, desesperadamente, contra todas as agressões do meio físico, vão conquistando, à custa de sofrimentos e sacrifícios inauditos, dias de paz.

Assim, outros estudos vão sendo publicados e, a grande maioria de cunho etimologistas, referindo-se a porções específica do território

⁵⁵ *Revista de Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, n. III, p. 153-188, 1920.

brasileiro, como podemos citar a publicação póstuma de Octaviano de Mello (1967), sobre topônimos amazenses, onde o autor faz o estudo de 26 municípios da Amazônia, incluindo a capital de Roraima, antiga Boa Vista do Rio Branco.

3. *A estrutura do topônimo*

Os topônimos possuem uma estrutura e uma função determinada dentro dos estudos onomásticos, pois ao designar, tradicionalmente, o nome próprio de lugar, liga-se ao acidente geográfico que o identifica e com ele constitui um conjunto ou uma relação binômica, que pode seccionar para melhor se distinguirem os seus termos formadores.

Dessa simbiose, depreendem-se dois termos: o “termo” ou o “elemento genérico”, relativo a entidade geográfica que vai receber a denominação, e o outro, o “elemento” ou “termo específico”, ou “topônimo”, propriamente dito, que particularizará a noção espacial, podendo ser justaposto ou aglutinado, conforme a natureza da língua que os inscreve. (DICK, 1990, p. 10)

Dessa maneira, os estudos toponímicos são uma contribuição imensurável para o conhecimento dos nomes e como ocorreu sua elaboração, uma vez que o significado vai estar ligado ao significante dando, assim, um campo de análise para os estudiosos. Nesse sentido, os estudos toponímicos não foram elaborados de repente e sim tiveram seus enalços.

Assim, na obra de Albert Dauzat (1922), já citada anteriormente, ele demonstra uma profunda preocupação com a etimologia e a reconstituição histórica do topônimo em questão. O autor trata do esvaziamento semântico inerente a um grande número de topônimos, dada a própria dicotomia que assegura a evolução da linguagem, do conservadorismo e da mudança dos nomes.

Um exemplo prático deste fenômeno está na situação de que um acidente geográfico, um lago, foi nominado por um povo de uma determinada etnia/raça. Com o passar dos anos, ocorre uma mudança cultural e/ou étnica que permite a (re)denominação do mesmo lago e desconhecem o nome dado a ele anteriormente.

Quanto a preocupação que Albert Dauzat (1922) nutria, a da dicotomia que assegura a evolução da linguagem, ela ainda faz parte do coti-

diano de pesquisadores toponímicos, visto que o tempo passa e com ele a história das coisas, tornando, às vezes, impossível de se colocar no papel aquilo que se gostaria de deixar como relevância histórica.

Uma cidade, um estado etc., têm muito que mostrar aos seus moradores, que muitas vezes não conhecem a história os povos que ali viveram e nem o porquê do nome da cidade. Tal informação é a base de estudo de grande relevância para os toponimistas, pois é deixar um legado de conhecimento infinitamente expressivo para as gerações futuras.

E, sabendo que a nossa língua tem uma história muito bela e que deriva de outras, principalmente do tupi, Teodoro Sampaio (1987, p. 54) diz que,

a maior parte dos nomes tupis que se encontra na geografia brasileira não foi dada pelo gentio bárbaro, ou pelo selvagem não influenciado pela civilização do branco invasor, mas sim pelas populações que se seguiram à colonização, pelos nascidos no país, quer de procedência europeia pura, quer mestiça, populações a quem coube o encargo de alargar a conquista do território, especialmente do sertão do Brasil, tendo como propósito a descoberta do ouro nos sertões

Na mesma linha de pensamento, em *Denominações Indígenas na Toponímia Carioca*, Júlio Romão da Silva (1965) ensina que a toponímia não é um elemento subsidiário da história, mas um apoio inestimável para a ciência geográfica. Visto que, datas e fatos são importantes para a história, mas uma base nomenclatural é indispensável para o conhecimento geográfico.

João Barbosa Rodrigues (1885, *apud* CARDOSO, 1961), registra tupinicamente em sua obra *Crichanás*, a palavra “yarapé” é o mesmo que igarapé, ou seja, as palavras que hoje escrevemos e ensinamos vieram de outro modelo até chegar ao nosso e como provar que ela permanecerá assim? O melhor é registrar suas formas e variações ao longo dos anos para que as futuras gerações a conheçam.

Para realizar tal estudo é preciso conceituar termos como igarapé, lagoa e lago, de forma a diferenciá-los para que não haja confusão de significados. *Igarapé* vem da língua tupi e é “riacho que nasce na mata e deságua em rio. Tupi **iara'pe* "pequena corrente de água entre ilhas ou trechos de um rio" (< *i'ara* 'canoa' + *'pe* 'caminho')”. Para Antonio José Teixeira Guerra (2009, p. 247),

é a denominação dada a pequenos rios, da região Norte (Amazônia). Igarapé é um termo indígena que significa “caminho de canoa” (de igara – canoa a pé – trilha, caminho). Corresponde aos arroios da Região Sul. Todavia o volume de

d'água de um igarapé, de modo geral muito superior ao de um arroio. (OLIVEIRA, 1943, p. 1558)

O termo *lago* é de origem latina (*lacum*) e significa a

acumulação permanente de águas em grande extensão numa depressão de terreno fechada, grande porção de líquido entornado no chão; poça. lat. *lacus,us* "lago, reservatório de água". Sinônimo e variante (e afins) água-redonda, baía, impueira, impureira, ipueira, ipuera, lagamar, lagoa, lagoão, laguna, marumbi, puera, tipisca.

Já o termo *lagoa* refere-se a “depressão de pequena profundidade, contendo água doce ou salgada, pequeno lago, pequena extensão de água estagnada; charco é de origem latina que significa “ **lacóna* por *lacúna*, *ae* "fosso, poça, lagoa, brejo”. (OLIVEIRA, 1943, p. 1558)

4. Um pouco da história de Boa Vista

Destacamos que a história da capital de Roraima se confunde com a história do próprio estado. A área do município de Boa Vista pode ser considerada gênese do estado, de vez que foi nesses campos gerais, ao longo dos rios, Branco, Tacutu e Uraricoera, que se instalaram as missões religiosas e militares de aldeamento indígena, assim como o forte São Joaquim e as primeiras fazendas nacionais e particulares.

Posteriormente se fundou a Freguesia de Nossa Senhora do Carmo, onde se instalou o município de Boa Vista. Segundo Miranda (2002, p. 105) os aldeamentos estabelecidos no decorrer do século XVIII, somente o de Nossa Senhora do Carmo sobreviveu aos conflitos indígenas e, no mesmo lugar onde este se localiza, foi instalada a sede da fazenda Boa Vista, pelo avô do Prof. Ruy Magalhães de Araujo (professor aposentado da UERJ), através da Lei Provincial n. 92 de 09 de novembro de 1858.

Conforme José Freira da Silva Ferreira et al. (1977, p. 77), a origem da cidade de Boa Vista está atrelada a questão político-administrativo e militar, assegurando que esse tipo de penetração foi responsável pelo surgimento dos fortins que se constituíram nos primeiros núcleos populacionais das cidades de São Luis, Belém, Macapá, Bragança, Manaus e Boa Vista.

Para Adair J. Santos (2004, p. 92), Boa Vista foi “fundada nos idos de 1876, quando foi transferida a pequena população de São Joaquim – que circundava o Forte de mesmo nome”.

Hoje, a capital do estado conta com uma população de 277.684 (dados do IBGE 2010) habitantes, sendo composta pela pluralidade linguística proveniente dos diversos estados brasileiros como gaúchos, paulistas, maranhenses, paraibanos, cearenses, etc., pela diversidade étnica indígena que vivem na zona urbana composta, entre outros, pelos Yekuanas, Waimiri-Atroari, Wai-Wai, Macuxis, Wapichanas, Yanomami e suas subdivisões, Taurepangs, pelos estrangeiros como os venezuelanos e os guianenses.

Segundo o Professor Reginaldo Gomes de Oliveira, da Universidade Federal de Roraima, aqui onde é a atual cidade de Boa Vista era uma comunidade indígena macuxi, e o nome seria kuwai Krî, que quer dizer Terras de Buritizais. Essa mesma história se repete nas reuniões da ODIC (Organização dos Indígenas da Cidade), e também nos discursos de alguns anciões de comunidades do interior do estado (indiosonline.net).

5. *Análise*

A análise dos topônimos selecionados neste trabalho, os igarapés urbanos de Boa Vista, foram feitas a partir dos estudos compostos por Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, visto que não encontramos literaturas anteriores que pudéssemos nos basear, os índices de línguas indígenas foram coletados por meio de dicionários de língua Makuxi e Yanomami elaborados por pesquisadores de Roraima, enfim, colocamos nas fichas toponímicas o resultado dessa análise que acreditamos que fará um diferencial na vida de outros pesquisadores.

Para a análise da estrutura linguística dos topônimos, seguimos a orientação de Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (1992), o nome próprio de lugar no que se refere à sua formação, apresenta, normalmente dois elementos: o termo (ou elemento) genérico – relacionada o acidente geográfico que está sendo nomeado, por exemplo, igarapé, rio, município etc. e o termo (ou elemento) específico que é o topônimo propriamente dito.

Boa vista é uma cidade formada por pessoas de todas as partes do Brasil, com isso a recorrência de tantos falares diferentes, além das influências indígenas, por exemplo, o igarapé Caraná que também é o nome de um bairro, na língua macuxi significa “falso buriti”, a expressão “wai” de wai-grande e waizinho, na língua macuxi quer dizer balde, na

língua yanomame quer dizer violento.

Conforme Armando Levi Cardoso (1961, p. 153), *igarapé* vem do tupi, *igara*, composto de *i*, água e *iara*, senhora, isto é, a senhora das águas. Outra acepção é de canoa, ou seja, *igarapé*, composto de *i*, água, de *iara*, senhora e de *pê*, caminho, o caminho das senhoras das águas, o caminho da canoa, o ribeirão. Armando Levi Cardoso afirma ainda que João Barbosa Rodrigues, em seu livro sobre a *Pacificação dos Crichanás*, escreveu tupinicamente *yaçaua*, *yarapé* e *yapó*, com um acento circunflexo sobre o *y*. Isso porque, os vocábulos de uso corrente na linguagem da Amazônia e que lá são escritos, normalmente, sob a forma de *igaçaba*, *igarapé*, *igapó*.

Assim, de acordo com os caminhos das águas boa-vistenses, Armando Levi Cardoso (1961, p. 427) diz que *o Igarapé Waizinho* vem da etnia bororo “*uái*” (“*wia*” = jacaré) e *grande* refere-se a medida, neste caso diminutivo. Desta forma, sua classificação é como *zootopônimo*, relativo a animais. Mas acontece que, se seguirmos a língua macuxi, estaremos usando o nome do *igarapé* de *waizinho* com o significado de balde pequeno (“*wai*”) com o diminutivo. Este *igarapé* se localiza no bairro Nova Cidade. Desta forma, teremos a categoria do topônimo como *dimensiotopônimo*, pois é relativo às dimensões dos acidentes geográficos. Como o *igarapé* *uaizinho*, há também o *Igarapé Uai-grande*, que percorre vários bairros da cidade, com a mesma classificação toponímica.



Figuras 1 e 2, Foto 1 e 2: Fotos do *igarapé* *Uaizinho*⁵⁶, de 2012

⁵⁶ A pesquisadora quando esteve fazendo a pesquisa dos *igarapés* in loco.

Em relação ao *Igarapé Grande*, sua origem etimológica vem do latim *granis*, e que significa grande, avançado em idade, alto, sublime (HOUASSIS – *Dicionário Online de Língua Portuguesa*). Outra acepção etimológica é de corpulento ou alto (diz-se de pessoa ou animal); de longa extensão; comprido, longo; que consiste em muitas pessoas ou coisas; numeroso; que ultrapassa certos limites; excessivo, desmedido; que é intenso; agudo, forte, violento (Deptº de Geociência da UFRR, 2010). Sua classificação toponímica é como *dimensiotopônimo*, como dito acima, trata-se de um topônimo relativo a dimensão. Este igarapé também percorre vários bairros da cidade e a BR 174. Tem este nome porque recebe, em seu leito, muitos outros igarapés, além de ser o maior em cobertura de bairros da cidade, por isso grande.



Foto 3 e 4: Ponte sobre o Igarapé Grande, na BR 174, em 2012

Em relação ao *Igarapé Bacabal*, Francisco da Silveira Bueno (1987, p. 161) mostra que o nome vem do aglomerado de uma espécie de palmeira, a bacaba (bacaba + al), e bacabada é um alimento feito com a polpa do coco da palmeira bacaba. Etimologicamente (HOUASSIS, on line) diz que é do tupi *iwa'kawa* (de *i'wa* 'fruta' + *'kawa* 'gorda, graxa'). Diz ainda que é um

extenso aglomerados de bacabas em determinada área. Bacaba = palmeira de até 20 m (*Oenocarpus bacaba*), de estipe ereto, com anéis escuros e outros verde-oliva, flores branco-amareladas e drupas roxo-escuras; bacabaçu, bacabão, bacaba-vermelha, bacabeira, mucumucu [Nativa da Amazônia, os frutos e a semente oleaginoso são comestíveis, do lenho e das folhas fazem-se obras artesanais, e da polpa aquosa produz-se vinho de bacaba, o iuquicé.

Este igarapé está em área urbana do Distrito Industrial e classifica-se como *fitotopônimo*, relativo aos vegetais.

O estudo sobre o *Igarapé Carrapato* mostra que etimologicamen-

te é de origem controversa. Para Francisco da Silveira Bueno (1987, p. 233) é um animálculo provido de garras que se prende à pele do homem e dos animais, sugando-lhes o sangue. Este igarapé passa por vários bairros da cidade e, de acordo com sua classificação toponímica é zootopônimo, relativo a animais.

Já o *Igarapé Caxangá* (BUENO, 1987, p. 243) é o nome vulgar de um caranguejo. O topônimo caxangá, nos dicionários de língua portuguesa, seria classificado como uma taxa de origem animal, ou seja, zootopônimo. De acordo com Cadete (1990), o *Dicionário Makuxi* mostra que a palavra vem do tupi-guarani-português do *caá-çangá* que quer dizer “mata extensa”. Nesse sentido, consideramos a etimologia macuxi e classificamo-lo como *fitotopônimo*, relativo a vegetais. Sua localização mostra que ele passa por vários bairros da cidade. Deixamos claro que é possível que outros pesquisadores tomem outro posicionamento.

Para o *Igarapé Frasco* encontramos em Francisco da Silveira Bueno (1987, p. 507) com o significado de garrafa, vidro, potinho, recipiente de gargalo estreito, sendo classificado como *morfotopônimo*, relativo às formas geométricas. É um igarapé que passa por vários bairros da cidade. Já para o *Igarapé Paca*, Cadete (1986, p. 813) traz a etimologia tupi de ‘paka’ e na makuxi como ‘warana’ que significa mamífero roedor. Desta forma, classificamo-lo como *zootopônimo*, relativo a animais. É um igarapé com localização variada, pois passa por vários bairros da cidade.

Outro igarapé que possui localização variada é o *Igarapé Jararaca* que, conforme Francisco da Silveira Bueno (1987, p. 626), do tupi *yara'raka* significa cobra venenosa da família dos viperídeos, do gênero lachesis; ou pode ser considerada como mulher má, feia, ou dança popular nordestina; ou trombeta de grande pavilhão, usada pelos índios parecis. Desta forma, sua classificação fica como *zootopônimo*, que é o topônimo relativo a animais.

Contudo, o igarapé Mecejana nos deixou intrigado, pois ele não está no mapa turístico do qual recolhemos os topônimos para análise e onde deveria ser o nome de Mecejana, mas sim o Igarapé Jararaca, o que nos faz acreditar que, outrora, assim se chamara assim. Desta forma, como análise consideramos a Mecejana, segundo José de Alencar (Iracema, 1990, 2. ed.) como de origem tupi e significa “lagoa ao abandono” e deve ser escrita com c – Mecejana. Todavia, é um vocábulo de origem tupi + portuguesa. Como muitos, é um igarapé que passa por vários bairros da

cidade e também nome de um bairro. Assim, é classificado como *Animotopônimo* (ou *nootopônimo*), pois são topônimos relativos à vida psíquica, à cultura espiritual (abandono).



Foto 5: Bairro Mecejana de 2012, em Fortaleza.

O *Igarapé Pricumã*, também recebe o nome de um dos bairros da cidade por onde passa. No entanto, esse nome *pricumã* não é sua origem, mas deriva de *pericumã*, palavra que também dá nome a um curso de água no estado do Maranhão, Rio Pericumã, mais precisamente no município de Pinheiros.

Isso ocorre, dado o grande número de maranhenses que aqui habitavam e ainda habitam e como a língua é diacrônica, foi passando por transformações até chegar à palavra hoje por nós conhecida *pricumã*. Segundo o Padre Claude d'Abbeville (pinheiroempauta.blogspot.com.br, 2012), o termo “*cumã*” significa próprio para pesca, enquanto *Pericumã*, deriva-se de *piri+curimã*, *cumã=junco+curimã* (lugar coberto de juncos onde são abundantes e pescam-se curimãs ou curimatãs). Embora seja um *igarapé* que dá o nome a um bairro ele passa por vários bairros do município, sendo classificado como *fitotopônimo*, relativo aos vegetais.

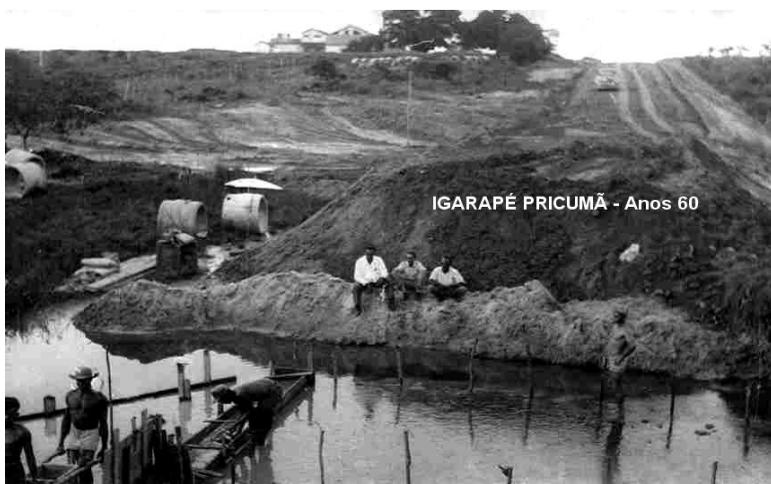


Foto 6: Irapapé Pricumã

Fonte: Foto cedida pelo Professor e Jornalista Francisco Candido

O *Igarapé Caranã*, que também é o nome de um bairro, na língua Macuxi significa “falso buriti”. Ele passa por vários bairros da cidade e é classificado como *fitotopônimo*, relativo aos vegetais. Já o *Igarapé Mirandinha*, que também passa por vários bairros da cidade, não teve sua origem identificada, mas apenas que se refere a nome próprio, classificando-se como *antropotopônimos*, ou seja, topônimos relativos aos nomes próprios individuais.



Foto 7: Igarapé Frogoió, em 2012

Para o *Igarapé Frogoió* também temos a etimologia não identificada. Apenas identificamos que no burutizal onde está localizado faz a divisa entre o bairro Cruviana e uma invasão do bairro Equatorial. Esse igarapé tem uma grande extensão, porém é mal-cuidado. Segundo os moradores não serve para se tomar banho porque está muito sujo. Como não foi possível identificar o significado da palavra *frogoió* ficou difícil a identificação de qual topônimo seria classificado.

Tal como o igarapé acima, o *Igarapé Cauamé*, também não foi possível identificar seu significado, sua etimologia e, por isso, difícil de classificar-lo. Apenas podemos dizer que é um igarapé que também nomina um bairro.

É importante assinalar aqui as contribuições que outros pesquisadores brasileiros oferecem à proposta classificatória de Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (1992), como Aparecida Negri Isquierdo (1996) que propõe uma subclassificação para a taxa de animotopônimos como animotopônimos eufóricos (marca uma impressão agradável – Exemplo: Vista Alegre (RR) e animotopônimo disfórico (marca uma impressão desagradável).

Afirmamos com essa classificação que a taxionomia nos nomes dos igarapés de Boa Vista é toda de natureza física, com exceção do igarapé Mirandinha que é de natureza antropológica, por se referir a nome próprio de um indivíduo, ou seja, é um antropônimo.

Tabela da análise

Nome do acidente geográfico	Significado	Categoria	Definição
Bacabal	Aglomerado de palmeiras	Fitotopônimo	Topônimo relativo aos vegetais
Caraná	“falso buriti”	Fitotopônimo	Topônimo relativo aos vegetais
Carrapo			
Caxangá	“mata extensa”	Fitotopônimo	Topônimo relativo aos vegetais
Frasco	forma	Morfotopônimo	Topônimo relativo às formas geométricas
Frogoió			
Grande	medida	Dimensiotopônimo	Topônimo relativo às dimensões dos acidentes geográficos
Jararaca	Perigosa, má	Zootopônimo	Topônimo relativo a animais

Mecejana	Lagoa abandonada	Animotopônimo disfórico	Topônimo relativo a impressão desagradável
Paca	Animal roedor	Zootopônimo	Topônimo relativo a animais
Pricumã	Lugar coberto de juncos	Fitotopônimo	Topônimo relativo aos vegetais
Wai-grande	balde	Dimensiotopônimo	Topônimo relativo a dimensão
Waizinho	baldinho	Dimensiotopônimo	Topônimo relativo a dimensão

6. Considerações finais

A toponímia faz esse resgate, pois ao passar dos anos esses igarapés, que hoje conhecemos e até usufruímos de suas belas corredeiras ou calmaria, desaparecerão e ficarão na lembrança de poucos. Serão soterradas e ocupadas por casas e prédios, belas vistas, porém o cristalino das águas sumirá e restará apenas a crônica de tão belos espaços que ali existiam.

As pessoas que residem perto dessas fontes de água pouco dão importância e, ao serem questionadas sobre o nome do igarapé, dizem que não tem nome e que é só um igarapé, ou seja, muito se fala em sustentabilidade, controle do meio ambiente, mas não foi isso que se viu durante a pesquisa. Para identificá-los, fomos a todos os igarapés descritos neste pequeno trabalho. O estudo aqui realizado com certeza fará a diferença em trabalhos futuros, o que não quer dizer que algum outro trabalho não traga maiores informações que este. Acreditamos que para acontecer alguma coisa é preciso que haja um pontapé inicial. As taxas encontradas durante a pesquisa nos remete a um objetivo muito maior, o que pretendíamos com os nossos objetivos, foi alcançado, não em maior porcentagem, como é o objetivo do pesquisador, mas acreditamos está deixando algo de relevante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, Henri. *A duração das cidades: sustentabilidade e riscos nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- BUENO, Francisco da Silveira. *Vocabulário tupi-guarani-português*. 5. ed. São Paulo: Brasilivros, 1987.

CADETE, Casimiro Manoel. *Dicionário wapixana-português/português-wapixana*. São Paulo. Loyola 1990.

CARDOSO, Armando Levi. *Toponímia brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961.

CARNEIRO, João Paulo Jeannine Andrade. *A morada dos wapixana: atlas toponímico da região indígena da Serra da Lua – RR*. 2008. Dissertação (mestrado em Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/disponivel/8/8138/td-08072008-143712>>. Acesso em: 26-05-2012.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. A morfologia do signo toponímico. *Revista de Estudos Brasileiros*. São Paulo: USP, 1990.

DRUMOND, Carlos. *Contribuição bororo à toponímia brasileira*, São Paulo: Universidade de São Paulo, 1965.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário da língua portuguesa*. 7. ed. Curitiba: Positivo, 2008.

FERREIRA, Jose Freira da Silva et al. Rede urbana amazônica. Subsídios para uma política de desenvolvimento regional e urbano. Belém: UFPA, NAEA, 1997.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. 9. reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

GUERRA, Antônio Teixeira; GUEDES, Antônio José Teixeira. *Novo dicionário geológico-geomorfológico*. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

GUIAS para a aprendizagem e dicionário da língua makuxi. Boa Vista: Centro de Documentação das Culturas Indígenas de Roraima, 1983

HOUAISS, Antônio, Villar, Mauro de Salles. *Dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MARÇAL, Mônica dos Santos; GUERRA, Antonio Jose Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista da. Processos de urbanização e mudanças na paisagem da cidade de Açailândia (Maranhão). In: GUERRA, Antonio Jose Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista da. (Orgs.). *Impactos ambientais urbanos no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 275-301.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de*

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragem e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

MIRANDA, Alcir Gursen de. *Historiando o tema de Macunaíma (a questão indígena)*. Boa Vista: Faculdade Atual/Instituto Gursen de Miranda, 2002.

RODRIGUES, Arlete Moysés. *Produção e consumo do e no espaço*. São Paulo: Hucitec, 1998.

ROSTAING, Charles. *Les noms de Lieux*. Paris: Presses Universitaires de France, 1961.

SALAZAR-QUIJADA, Adolfo. *La toponímia em Venezuela*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1985.

SAMPAIO, Teodoro. *O tupi na geografia nacional*. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Adair J. *História da livre iniciativa no desenvolvimento sócio-econômico do estado de Roraima*. Boa Vista: Fecomércio, 2004.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1970.

SILVA, Júlio Romão da. *Denominações indígenas na toponímia carioca*. Rio de Janeiro: Brasiliana, 1965.

SILVA, Paulo Rogério de Freitas. OLIVEIRA, Rafael da Silva (Orgs.). *Roraima 20 anos: geografias de um novo Estado*. Boa Vista: UFRR, 2008.